



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
PRÓ-REITORIA DE ENSINO MÉDIO, TÉCNICO
E EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA
CURSO DE PEDAGOGIA-PARFOR/CAPES/UEPB**

CICEMAR IARA GONÇALVES MARQUES

**A LEI 10.639/2003 NA EDUCAÇÃO INFANTIL:
ALGUMAS PERSPECTIVAS SOBRE O ENSINO DA HISTÓRIA E DA CULTURA
AFRO-BRASILEIRA EM CRECHES MUNICIPAIS.**

**CAMPINA GRANDE
2014**

CICEMAR IARA GONÇALVES MARQUES

**A LEI 10.639/2003 NA EDUCAÇÃO INFANTIL:
ALGUMAS PERSPECTIVAS SOBRE O ENSINO DA HISTÓRIA E DA CULTURA
AFRO-BRASILEIRA EM CRECHES MUNICIPAIS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Universidade Estadual da Paraíba, como requisito
parcial para obtenção do título de Licenciatura
Plena em Pedagogia.

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Maria José Guerra.

**CAMPINA GRANDE
2014**

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

M3571 Marques, Cicemar Iara Gonçalves

A lei 10639/2003 na educação Infantil [manuscrito] : algumas perspectivas sobre o ensino da história e cultura afro-brasileira em creches municipais / Cicemar Iara Gonçalves Marques. - 2014.
46 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia EAD) - Universidade Estadual da Paraíba, Pró-Reitoria de Ensino Médio, Técnico e Educação à Distância, 2014.

"Orientação: Maria José Guerra, Secretária de Educação à Distância".

1. Educação Etnicorracial. 2. Educação infantil. 3. Racismo.
4. Formação continuada. I. Título.

21. ed. CDD 320.56

CICEMAR IARA GONÇALVES MARQUES

**A LEI 10.639/2003 NA EDUCAÇÃO INFANTIL:
ALGUMAS PERSPECTIVAS SOBRE O ENSINO DA HISTÓRIA E DA CULTURA
AFRO-BRASILEIRA EM CRECHES MUNICIPAIS.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Universidade Estadual da Paraíba, como requisito
parcial para obtenção do título de Licenciatura
Plena em Pedagogia.

Data da avaliação: 02 de agosto de 2014.

Nota: 9,00

BANCA EXAMINADORA


Orientadora: Prof.ª Dr.ª Maria José Guerra
(UEPB)


Professor(a) Examinador(a):
(UEPB)

Após amplo processo de busca e construção de conhecimento, chego a uma importante e significativa etapa da minha vida acadêmica, concluir a Licenciatura em Pedagogia. A qual dedico especialmente aos meus dois filhos: **Kaio Gonçalves Ribeiro e Lucas Gonçalves Ribeiro**, bem como aos **meus pais**, pois estiveram ao meu lado em todos os momentos e enfrentamentos ao longo do curso.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais: Marluce Marques Gonçalves e Cícero Gonçalves de Lima que me deram a vida e me ofereceram oportunidades de estudar, construindo um caminho de descobertas, conhecimentos e saberes. E souberam principalmente ensinar o sabor do respeito, da dignidade, da moral e da ética.

*Não há mudança sem sonho,
como não há sonho sem esperança.*

Paulo Freire

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo discutir o fenômeno da educação étnicorracial, cujo foco alimentador, é apontar como está sendo desenvolvido o ensino da história e da cultura afro-brasileira na educação infantil. Discute as limitações pedagógicas, curriculares e materiais presentes nas unidades de educação infantil pesquisadas e tenta identificar as dificuldades dos professores para trabalhar com este tema. Adota a pesquisa de abordagem qualitativa, baseada nas interações com os grupos de educadores, em leituras bibliográficas e em alguns instrumentos legais que orientam as instituições educacionais. A pesquisa realizou-se entre os meses de maio e junho de 2014, com a aplicação de entrevista a oito professores da rede pública do município de Remígio - PB na modalidade de ensino na educação infantil. Busca a discussão teórica sobre a história dos africanos no Brasil à luz da obrigatoriedade do ensino da história e da cultura afro-brasileira, associada às Diretrizes curriculares nacionais para educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana que garante o processo de efetivação e cumprimento da Lei 10.639/2003. Este documento das diretrizes apontam meios de como as instituições, em todos os níveis e modalidades da Educação Básica, deverão adequar seus currículos e se organizar metodologicamente, em relação a materiais e em conhecimento humano para oferecer uma educação étnicorracial de qualidade. O aporte teórico que fundamenta esta pesquisa passa pelos estudos dos autores, como: Kabengele Munanga (2005), Menga Ludke (1986), Wilma Coelho & Rebeca Cabral (2008). Os resultados evidenciam uma incidência visível de ações discriminatórias durante a educação infantil e o despreparo emocional e teórico do professor para conviver com tais situações. Os sujeitos pesquisados manifestam o desejo de compreender a trajetória histórico-cultural dos afrodescendentes para favorecer a construção e a valorização da identidade negra, bem como, a condição de impedir ou minimizar as práticas discriminatórias e os efeitos racistas no cenário escolar e social. Acredita-se, que esse estudo possa contribuir na direção de desenvolver uma educação étnicorracial com significância e qualidade necessária aos sistemas de ensino, no sentido de subsidiar o trabalho do professor, oferecendo-lhe condições materiais e acompanhamento e de formação continuada para aprofundar os conhecimentos teóricos referentes à história e cultura afro-brasileira e africana.

Palavras chave: Educação étnicorracial. Educação infantil. Racismo. Formação continuada.

ABSTRACT

This paper aims to discuss the phenomenon of education étnicorracial whose feeder focus point is how the teaching of history and african-Brazilian culture in early childhood education is being developed. Discusses the pedagogical limitations, and curricular materials present in the units surveyed children's education and attempts to identify the difficulties of teachers to work with this theme. It adopts a qualitative research approach, based on interactions with groups of educators in bibliographic readings and some legal instruments that guide educational institutions. The research was conducted between the months of May and June 2014, with the application interview eight public school teachers in the municipality of San Remigio - in PB mode of teaching in early childhood education. Search the theoretical discussion about the history of Africans in Brazil in light of the mandatory teaching of history and african-Brazilian culture, linked to the National Curriculum Guidelines for education of ethnic-racial relations and the teaching of history and african-Brazilian culture and African ensures that the process of execution and fulfillment of the Law 10.639/2003. This document guidelines suggest ways of how institutions at all levels and modalities of basic education must adapt their curricula and organize methodologically, for material and human knowledge to provide a quality education étnicorracial. The theoretical framework underpinning this research passes through studies of authors such as: Kabengele Munanga (2005), Menga Ludke (1986), Wilma Bunny & Rebeca Cabral (2008). The results show a noticeable incidence of discriminatory actions during childhood education and emotional and theoretical unprepared teacher to cope with such situations. The subjects surveyed expressed the desire to understand the historical and cultural trajectory of African descent to favor the construction and exploitation of black identity, as well as the condition to prevent or minimize discriminatory practices and racist effects in school and social scene. It is believed that this study will contribute towards developing a étnicorracial education with significance and quality needed for education systems in order to support the work of teachers, offering material conditions and monitoring and continuing education to enhance the knowledge theorists regarding the history and african-Brazilian and African culture.

Keywords: étnicorracial Education. Childhood education. Racism. Continuing education.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	10
2 RELATÓRIO DE FINAL DE ESTÁGIO	12
2.1 A importância da Gestão Democrática para o desenvolvimento da Educação Básica.....	12
2.2 A escola e o aluno da educação infantil	18
2.3 A escola e o aluno da educação fundamental	23
3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	31
3.1 Educação étnicorracial: considerações preliminares de sua presença na educação infantil.....	31
4 CAMINHOS DA METODOLOGIA.....	35
5 RESULTADOS E DISCUSSÃO	37
5.1 Reflexões sobre o ensino étnicorracial em creches públicas.....	37
6 CONCLUSÃO	42
7 REFERÊNCIAS.....	44
APÊNDICE A: Modelo do questionário.....	45

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho aborda a educação étnicorracial numa perspectiva de discutir como está sendo desenvolvido o ensino da história e da cultura afro-brasileira na educação infantil.

O primeiro capítulo é constituído pelos relatos dos Estágios Supervisionados realizados na Escola Municipal de Ensino Fundamental Professora Gercina Eloy Freire e na Creche Municipal Professora Socorro Viana na cidade de Remígio – PB.

O tema do estágio supervisionado em gestão escolar foi “A importância da Gestão Democrática para o desenvolvimento da Educação Básica”, tendo como foco alimentador a observação da gestão escolar no desenvolvimento de suas atividades cotidianas. Buscando perceber como se dá as relações profissionais, de trabalho e de poder no âmbito escolar. Vislumbrando assim perceber se as decisões são de fato democráticas, se as relações de trabalho e profissionais são dinâmicas e flexíveis.

O estágio supervisionado em educação infantil foi realizado na Creche Municipal Professora Socorro Viana. A educação infantil é um palco amplo e estratégico de sinergias que conforme seu direcionamento pode confluir para o desenvolvimento substancial da educação infantil e ou torna-se ponto significativo para seu vertiginoso fracasso. Desta forma, esta fase do ensino é ponto essencial para o desenvolvimento da educação básica, sendo um divisor de águas na qualidade de ensino praticado na creche.

O estágio supervisionado em ensino fundamental do 1º ao 5º ano, realizado também na E.M.E.F. Professora Gercina Eloy Freire, no terceiro ano C, tarde. O qual nos traz importante discussão e reflexão sobre o ciclo de alfabetização, seus desafios, possibilidades e dificuldades que se apresentam ao longo do processo de alfabetização das crianças do ensino fundamental.

O segundo e ultimo capítulo deste trabalho nos traz a possibilidade de perceber como estar organizado e estruturado o ensino da educação étnicorracial nas Creches municipais de Remígio - PB: Olívia Bronzeado e Professora Socorro Viana, se o mesmo possibilita o acesso e permanência dos alunos negros atendidos naquela escola, bem como, se apresenta aspectos que a caracterizam ou não como uma educação que respeita e valoriza a história e a cultura afro-brasileira.

Neste sentido, procurou-se conhecer como se dá o processo educativo em relação à história e cultura afro-brasileiro nas creches municipais referidas acima. Como também, conhecer as estratégias metodológicas adotadas pelos professores em relação a esta temática; apontar as limitações pedagógicas, curriculares e materiais presentes nas unidades de

educação infantil pesquisadas e identificar possíveis limitações ou dificuldades dos professores para trabalhar com este tema.

A notoriedade desta pesquisa está no sentido de evidenciar a incidência de ações discriminatórias durante a educação infantil e o despreparo emocional e teórico do professor para lidar com tais situações. Do mesmo modo é relevante também, por salientar a importância de compreender a trajetória histórico-cultural dos afrodescendentes para favorecer a construção e valorização da identidade negra, bem como, impedir ou minimizar as práticas discriminatórias e os efeitos racistas no cenário escolar e social.

Sendo assim, o presente trabalho é constituído por duas partes distintas, porém, interligadas e igualmente significativas, no tocante a construção do saber no campo da educação na perspectiva da educação étnicorracial.

2 RELATÓRIO DE FINAL DE ESTÁGIO

2.1 A importância da Gestão Democrática para o desenvolvimento da Educação Básica

Reconhecendo que a escola constitui-se em palco amplo e estratégico de sinergias que conforme seu direcionamento pode confluir para o desenvolvimento substancial da educação e ou torna-se ponto significativo para seu vertiginoso fracasso. Logo, o direcionamento é a chave para abrir ou fechar portas frente ao desenvolvimento educacional. Neste aspecto, o direcionamento apresenta contornos de gestão, pois é quem costumeiramente na educação, toma a frente, orienta para, chama para a responsabilidade e compromisso que se tem na educação. Desta forma a gestão escolar é ponto essencial para o desenvolvimento da educação básica, sendo um divisor de águas na qualidade de ensino praticado na escola.

Este estágio teve como intuito conhecer como se dá o processo de gestão escolar da Escola Municipal de Ensino Fundamental Prof^a Gercina Eloy Freire no município de Remígio – PB, visando conhecer sua dinâmica e o poder de decisão que a gestão exerce sobre a escola e principalmente apresentar para a mesma a importância da gestão escolar democrática. Seguindo essa linha também foi objetivo entrevistar professores e funcionários em geral para conhecer as estratégias utilizadas pela gestão escolar na tomada de decisão no âmbito escolar; identificar possíveis limitações ou dificuldades dos professores e funcionários para participar do processo decisório na escola; observar o nível de interação da gestão escolar, funcionários e professores e despertar nos profissionais a importância da gestão democrática para o desenvolvimento educacional.

Antes de apresentação dos resultados do estágio um questionamento deve ser levado em consideração: o saber profissional seria o objetivo primordial da formação em uma licenciatura? Em princípio parece que sim. Todavia, não basta à formação profissional da educação apenas o saber teórico, necessita-se também do conhecimento prático. E da relação teoria-prática aliada à ação-reflexão-ação forja-se o saber profissional, o qual é constituído por competência, criticidade, compromisso com seus atos e com a qualidade do seu trabalho. Cury (2003, p. 113) esclarece que: Ser professor é algo que o estudante deve desenvolver na prática, tornando esta trajetória cada vez mais objeto de uma opção consciente e crítica,

respaldada em um compromisso político democrático e em uma competência profissional qualificada.

A orientação metodológica é de suma relevância para a formação do profissional de educação, pois esta determinará a relação teoria-prática subsidiando meios para a formação da competência profissional, tornando este graduando capaz de lidar com a prática educacional estando apto a oferecer soluções a problemas de cunho escolar, como também, de cunho social.

Desta maneira, entende-se que a formação docente dá-se além dos muros das universidades, pois a prática de ensino durante o estudo teórico faz com que o aprendiz ponha em prática os conhecimentos adquiridos e promova uma melhor aplicabilidade deste saber formal. O estágio durante o curso de graduação é uma exigência legal, de acordo com a Lei 9.394/96 e o CNE/CP 28/2002, e representa o espaço para a prática de ensino constituindo-se num período transitório de formação e aprendizagem, sendo assim, condição ao saber profissional de qualidade.

A este exercício profissional Cury (2003, p. 118) o especifica dizendo que [...] o estágio supervisionado em nosso caso é uma exigência curricular e que, como componente curricular, se insere no quadro de um programa de estudos que visam a uma profissionalização.

Compreende-se a importância do estágio supervisionado por ele oferecer ao estagiário um conhecimento real sobre a profissão escolhida, dando oportunidade de aplicar conhecimentos até então aprendidos, verificando se são coerentes com a realidade contemporânea e com os anseios do mercado de trabalho.

É interessante ressaltar que o modelo de gestão atualmente seguido pela rede nacional de ensino público é o modelo de gestão democrático. Tenta-se a partir deste novo modelo alterar, se não, minimizar, os danos estruturais causados à escola devido aos vários anos da administração burocrática.

O modelo de gestão democrática visa abolir o modelo burocrático a partir da flexibilização da gestão, como também, da diminuição dos níveis hierárquicos da descentralização das decisões e de maior autonomia da equipe diretiva. O modelo burocrático representava um entrave ao desenvolvimento escolar e à busca da qualidade nos serviços

oferecidos à população. A descentralização da gestão é vista por Castro (2007) como uma estratégia para garantir a melhoria da qualidade da escola, como também, de sua produtividade, eficiência e eficácia. Evidentemente, que para tal mudança seria necessário mais que um novo modelo de gestão, necessitava-se na escola de estruturas descentralizadas favorecendo espaços para a participação de instâncias colegiadas e da participação da comunidade escolar no processo decisório.

Vivemos em um momento histórico que demanda atitudes empáticas por parte dos profissionais que compõem a escola e, assim, repensar sobre os valores sociais que constituem o currículo oferecido aos alunos. E esta postura não condiz com uma gestão hierarquizada, rígida, autoritária, impessoal e normativa, que é incapaz de responder às demandas da sociedade contemporânea. Neste sentido, Castro (2007, p. 131) nos diz que:

[...] No campo da educação, desde os sistemas centrais até à escola, passam a ser adotadas diretrizes gerenciais na condução dos serviços educacionais. As influências fazem-se presentes na gestão escolar, entre outros, por meio da descentralização; na instituição dos colegiados; e na participação da comunidade escolar nos processos de decisão da escola. Enfim, percebe-se uma mudança na organização e na gestão da escola, na qual estão evidentes as estratégias do novo modelo gerencial do serviço público utilizadas para tornar a escola mais ágil, mais eficiente e mais produtiva.

Entende-se que a desconcentração do poder exercido pelo Estado foi um passo significativo para a autonomia escolar, todavia deve-se atentar para a necessidade da efetiva participação da comunidade escolar na tomada de decisão para gerir o processo educativo. Este protagonismo no cenário escolar também deve vir dos pais, dos alunos e da comunidade local, pois estes também compõem a escola. Para tal concretude de ações participativas e de uma eficiente gestão democrática é imprescindível que a gestão permita a atuação das Instâncias Colegiadas de participação, como os Conselhos Escolares, os Conselhos de controle de programas sociais e de Grêmios Estudantis. De grande valia também há a eleição para diretores e a construção e aplicação do Projeto Político Pedagógico.

A ampliação da participação coletiva nas Instâncias Colegiadas é uma estratégia para superar a administração autoritária, possibilitando uma gestão democrática que envolva todos que atuam no processo educativo. O desafio maior é desenvolver uma cultura de participação

e de mobilização social de todos os segmentos envolvidos. Pois segundo Castro (2007, p. 141),

O fortalecimento da escola pública requer, portanto, a criação de uma cultura de participação para todos os seus segmentos e a melhoria das suas condições. Esse é o desafio posto para os educadores que acreditam na possibilidade de criação de espaços democráticos como superação da nova lógica de mercado presente na atual política educacional.

Assim, compreende-se segundo as ideias de Afonso (2003) que a escola é mais que uma instituição social é uma organização complexa, que deve ser avaliada constantemente em todo o seu contexto, dimensões e aspectos, visando o desenvolvimento individual e coletivo dos alunos no sentido emancipatório, participativo e cidadão.

Esta breve discussão foi necessária para que fosse possível o deslocamento de um ponto de vista apenas acadêmico para um mais amplo. Neste momento é relevante caracterizar a Escola Municipal de Ensino Fundamental Profª Gercina Eloy Freire, que está localizada na Avenida: Prefeito Joaquim Cavalcante de Moraes S/N, Centro - Remígio –PB, com CNPJ: 0320536000118 e INEP: 25057952 foi fundada em 10 de Janeiro de 1980, em pouco mais de três décadas, tornou-se referência para toda a população. Atualmente a Gestão Escolar conta com uma Gestora Geral; um Gestor Adjunto; uma coordenação do EJA – Educação de Jovens e Adultos e um coordenador para Educação Infantil e Fundamental I e II.

A Escola Gercina Eloy conta ainda com dois anexos, para comportar os quase mil anos, funciona nos três turnos e é a escola que possui o maior número de alunos e funcionários do município de Remígio. É uma escola relativamente pequena, possui pouco espaço interno, suas salas não superlotadas, não existe espaço para recreação do alunado e reunião de pais e mestres. Não possui refeitório, sua acessibilidade é restrita a rampas e algumas portas alargadas.

A mesma também desenvolve vários projetos tais como: Programa Saúde na Escola; Formação Continuada para Professores sobre Currículo; Proinfo/Inclusão Digital; Gestão Nota 10 e Projeto de Leitura. Como também, vários Programas Governamentais: PDE, PDDE, PNL, PROINFO, PROINFO Integrado, PCNs, IDEB, CAMINHO DA ESCOLA, PROVINHA BRASIL e o FUNDEB e por possuir localização privilegiada é muito requisitada para encontros e oficinas pedagógicas, seminários e conferências municipais. Aos sábados é

cedida para funcionamento de Curso de Licenciatura em Pedagogia e várias Especializações, configurando-se como espaço de convivência da comunidade escolar.

O Conselho Escolar da instituição é pouco atuante e exerce pouca influência na gestão escolar. Ainda não possui o seu Projeto Político Pedagógico, segundo informação da gestora o mesmo está em fase de construção. Porém, conforme questionário aplicado com toda equipe de apoio, praticamente nenhum conhece ou participou do processo de construção, outros se quer sabe da sua importância, demonstrando assim, que sua construção está aquém do idealizado e preconizado pela legislação que o regulamenta.

O estágio supervisionado em gestão escolar ocorreu em quatro etapas, distintas e sequencialmente, realizadas. A primeira etapa foi constituída de observação e conhecimento do âmbito escolar. A segunda etapa foi constituída pelo conhecimento e análise da documentação referente à escola, os projetos e programas nela realizada. A terceira etapa foi constituída da participação para observação em reuniões de departamento com professores e reuniões com pais e mestres na escola. Bem como, nesta etapa realizamos a elaboração do projeto colaborativo, o qual visava apresentar para a escola a importância da construção coletiva do plano político pedagógico. A quarta e última etapa foi basicamente a apresentação do projeto colaborativo para professores e pessoal de apoio.

Durante a primeira etapa de observações constatou-se que na chegada dos alunos não tem um funcionário na portaria para recepcioná-los e encaminhá-los a sala de aula e que quando tal aluno entra na sala, logo retorna para os corredores porque o (a) professoro (a) não está em sala para recebê-lo. As salas de aula são lotadas, todas possuem mais de trinta e cinco alunos cada, que possuem janelas e portas, porém, permanecem, todo o horário escolar fechadas, impedido a ventilação e iluminação natural. A alimentação escolar é pouco atrativa, muitos alunos não merendam, e comem de pé e ou sentada nos batentes da escola, demonstrando desconforto e desorganização. O mesmo pode-se dizer da recreação que é tumultuada, sem direcionamento e nada lúdica. As crianças ficam dispersas, com brincadeiras pouco instrutiva, desagradáveis e em alguns momentos violentas. Com relação a saída dos alunos era sempre muito desorganizada.

Na segunda etapa buscou-se conhecer a documentação da escola, na terceira etapa foram catalogadas as informações conseguidas e na quarta e última etapa concluímos o período de estágio e mediamos com a gestão à apresentação do Projeto Colaborativo.

A partir da observação da prática da gestão escolar, de seus desafios e desdobramentos foi percebida a importância do diálogo e da construção coletiva nas decisões da escola, que ainda é pouco valorizada, tendo em vista que ainda está muito arraigada a centralização de poder na figura do Diretor, que quase sempre decidiu os rumos que a escola deve seguir. Tal centralidade é fruto de uma gestão ainda muito burocrática, pouco dinâmica e participativa que termina negligenciando os interesses da comunidade escolar.

REFERÊNCIAS

AFONSO, Almerindo Janela. Avaliar a escola e a gestão escolar: elementos para uma reflexão crítica. IN: ESTEBAN, Maria Teresa (org.). **Escola, currículo e avaliação**. São Paulo: Cortez, 2003. (Série cultura, memória e currículo, v. 5) (p. 37 – 55).

BRASIL. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)**. Censo Populacional 2010. Acessado em: 11 dez. 2010.

_____. **Índice Desenvolvimento Educação Básica (IDEB)**. Disponível em: <<http://www.portalideb.com.br/cidade/4636-remigio/ideb>> Acessado em: 10 dez. 2012.

CASTRO, Alda M. D. Gerencialismo e Educação: estratégias de controle e regulação da gestão escolar. IN: CABRAL NETO, Antonio (org.). **Pontos e contrapontos da política educacional: uma leitura contextualizada de iniciativas governamentais**. Brasília: Líber Livro Editora, 2007. (p. (115 – 141).

CURY, Carlos R. J. Estágio supervisionado na formação docente. In: LISITA, Verbena Moreira; SOUSA, Luciana Freire E. P.(orgs.) **Políticas educacionais, práticas escolares e alternativas de inclusão escolar**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. (p. 113-137).

2.2 A escola e o aluno da educação infantil

A habilitação em educação infantil possibilita conhecimentos essenciais para um bom desempenho de atividades com crianças de 0 a 5 anos, pois é necessário o conhecimento e a prática para cumprir com a função de proporcionar um desenvolvimento global satisfatório ampliando seu conhecimento de mundo, proporcionando experiências que favoreçam suas potencialidades, como também, auxiliem na construção de sua personalidade e identidade e na convivência em sociedade. Neste sentido a creche constitui-se um espaço para a aprendizagem profissional e humana, pois a criança deve ser enxergada não apenas por demandas de cuidados básicos, mas também por ansiar respeito, afeto e sensibilidade para entender que o seu desenvolvimento está associado a sua fase mental, demandado de conhecimentos para que sejam utilizados os estímulos adequados pra que se desenvolva de forma global.

Procurou-se durante este trabalho compreender o que significa cuidar e educar a criança garantindo o pleno desenvolvimento de suas capacidades motora, linguística, cognitiva, sócio-emocional e raciocínio-lógico, de acordo com os Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Como também Estabelecer vínculos afetivos e de troca com adultos e crianças; conhecer algumas manifestações culturais valorizando a diversidade e a identidade local e criar condições para que o aluno vivencie experiências que favoreçam o desenvolvimento harmonioso da sua personalidade.

O Estágio Supervisionado em Educação Infantil realizado na Creche Municipal Professora Socorro Viana na cidade de Remígio – PB, sob a supervisão da Professora Kátia Cristina de Castro Passos. Ocorreu durante o turno manhã. Esta unidade atende crianças de um a três anos de idade em período integral. O Estágio contou com três momentos. O primeiro foi destinado a estudos teóricos e construção do plano anual de trabalho e do projeto de trabalho que foi desenvolvido na Creche Socorro Viana. O segundo momento foi destinado à observação da rotina na instituição e da sala de aula escolhida para a prática de aulas. E o terceiro momento coube à prática letiva a partir da aplicação do projeto de trabalho.

O projeto de trabalho que foi desenvolvido na Creche Socorro Viana abordou a temática “Festas juninas”, que foi escolhida por fazer parte da cultura nordestina e por fortalecer as tradições populares das cidades de interior. Como procedimento metodológico

foi utilizado atividades com base nas áreas de conhecimento do Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, entre elas Linguagem oral e escrita, Matemática, Movimento, Artes visuais, Música, Natureza e sociedade. Da mesma forma, as atividades que foram desenvolvidas levaram em consideração a ludicidade e a faixa etária da turma. Com o intuito maior de favorecer o desenvolvimento global da criança, ampliando também seu conhecimento de mundo.

A Creche Socorro Viana é uma construção recente, foi inaugurada em março de 2010. O prédio foi construído no espaço onde funcionava um matadouro. Localiza-se na Rua Manoel Bento Cavalcante, s/n, no bairro São Judas Tadeu. Foi destinada a atender esta comunidade, que em sua maioria é composta por pessoas simples e carentes.

O nome da creche foi em homenagem à Socorro de Fátima Cavalcante Viana uma dedicada professora deste município que faleceu em 2009. O perfil socioeconômico dos alunos é diversificado, embora a maioria sobreviva do Programa Federal Bolsa Família. Sendo notória a carência econômica destas crianças.

A instituição possui 60 crianças matriculadas e dispõe de 28 funcionários subdivididos nas seguintes funções: 1 gestora, 1 secretária, 1 coordenadora pedagógica, 10 professoras, 5 monitoras, 4 cozinheiras e 6 auxiliares de serviços gerais.

O suporte pedagógico feito pela equipe técnica da Secretaria de Educação. A instituição é mantida por recursos financeiros provenientes da Prefeitura Municipal. Pois a instituição como não possui Conselho escolar, não pode ser Unidade Executora. Dos Programas Federais é apenas atendida pelo Programa nacional da Merenda Escolar.

O Projeto político pedagógico da creche apresenta um discurso que percebe a criança como ser ativo que deve desenvolver-se globalmente ao passo que se torna mais autônoma. O papel do professor é caracterizado como um mediador dos conhecimentos a serem descobertos pela criança e um facilitador para o desenvolvimento das habilidades infantis. Numa perspectiva construtivista coloca a criança como ativa, preocupando-se com o ambiente e os espaços valorizando, assim, a ludicidade, a criatividade e a curiosidade próprias do universo infantil.

No tocante a organização administrativa, a gestora tem uma postura centralizadora, não permitindo espaços entre os funcionários de participarem de uma gestão democrática. A

dependência econômica em relação à Prefeitura restringe a autonomia da creche. Mas, apesar das pressões da gestora os funcionários desempenham bem suas funções e promovem um clima acolhedor e favorável à adaptação e a aprendizagem das crianças.

Durante o período de observação me detive a sala do Infantil I, que era composta por 15 alunos numa faixa etária entre 1,6 anos a 2 anos de idade, sob a responsabilidade das professoras Jilvaneide Lima e Maria Albino pela manhã e Antonia Maria e Flávia Alves à tarde.

No período da manhã as crianças são acolhidas com DVDs infantis, no momento das atividades que seguem um tema em cada semana. Neste caso tratava-se da música “O sapo não lava o pé”, assim, todos os dias cantava-se a música, retomando o tema e explicando as atividades, que foram de pintura, colagem e dramatização.

Embora as professoras fossem afetuosas e mostrassem-se sensíveis as necessidades fisiológicas das crianças, percebeu-se que na parte pedagógica deixavam a desejar, pois não exploravam as potencialidades daquelas crianças. Também percebi que elas não contavam ou liam para elas.

Durante o período de prática letiva foi desenvolvido o Projeto de trabalho com a temática “Festas juninas”. Segui uma rotina nova dentro da sala de aula, passei a acolher as crianças com músicas que envolviam seus nomes e outras do cancionário popular, em seguida lia um livro e depois fazíamos as atividades selecionadas. Percebi que as crianças gostaram das mudanças e que se adaptaram rápido comigo e com minha metodologia.

Dentre as aulas que ministrei selecionei duas das quais constatei que as crianças mais interagiram. A primeira foi a aula do dia 13/06/2013, que contemplou as áreas de conhecimento Música e Artes Visuais, foi desenvolvida a atividade de dramatização da música “Cai, cai balão” e confecção de um quebra-cabeça em forma de balão de São João. Com os objetivos de estimular as possibilidades de gestos e ritmos corporais; desenvolver o gosto pela música junina; desenvolver o fazer artístico e desenvolver o raciocínio lógico.

A segunda foi a aula do dia 18/06/2013, que contemplou a área de conhecimento Movimento, foi desenvolvida a atividade explorando o conceito de dentro e fora. Com os objetivos de explorar a expressão corporal associado ao conceito de dentro e fora; desenvolver habilidades corporais (correr, pular, arrastar-se) e enriquecer o repertório lúdico da criança.

Estas duas aulas foram selecionadas por demonstrarem que quanto mais à criança interagir com a atividade proposta pelo educador, mais ela irá compreender o conceito ou conteúdo trabalhado. Tomando estas duas aulas como exemplo, é perceptível que a maioria das crianças entendeu as aulas como brincadeiras, ou seja, que por serem divertidas as aulas motivaram, assim, a sua participação ativa em todos os momentos sugeridos na aula. Neste sentido, as crianças ao entenderem a aula como uma brincadeira foi positivo para o professor estagiário, pois este conseguiu chegar à criança usando uma linguagem que lhe é própria e se a brincadeira fluiu é por que a criança internalizou algum aspecto do conteúdo que estava sendo demonstrado e isto lhe foi significativo. Assim, segundo o RECNEI (2001, p. 27)

“A brincadeira é uma linguagem infantil que mantém um vínculo essencial com aquilo que é o ‘não brincar’. Se a brincadeira é uma ação que ocorre no plano da imaginação isso implica que aquele que brinca tenha o domínio da linguagem simbólica. (...) Nesse sentido, para brincar é preciso apropriar-se de elementos da realidade imediata de tal forma a atribuir-lhes novos significados.”

Contudo, o professor deve estar atento às formas como os conceitos ou conteúdos estão sendo internalizados pelas crianças, pois não basta que seja divertido para a criança. Esta deverá demonstrar que compreendeu o que foi trabalhado se durante a atividade ou a “brincadeira” aplicar os conhecimentos que aprendeu.

A Educação Infantil é a etapa inicial da Educação Básica, conquista recente, mas que ainda precisa de reconhecimento da atividade em si, como também de melhores condições em infraestrutura dos prédios e mobiliário e valorização dos profissionais.

Kramer (2006, p. 202) diz que:

“Na educação infantil, o objetivo é garantir o acesso de todos que assim o desejarem, as vagas em creches e pré-escolas, assegurando o direito da criança de brincar, criar, aprender. Nos dois, temos grandes desafios: o de pensar a creche, a pré-escola e a escola como instâncias de formação cultural; o de ver as crianças como sujeitos de cultura e história, sujeitos sociais.”

Pois, muitos entendem a Educação Infantil como espaço destinado para a criança brincar de “escolinha”, como se não houvesse significado ou representatividade no seu desenvolvimento cognitivo, psicomotor, comportamental e afetivo. Esse tipo de preconceito eu, particularmente, enfrento entre os colegas da rede municipal aonde leciono. Por isso, mais uma vez, ressalto a importância do Estágio supervisionado, que proporciona uma maior autoridade ao profissional na área de Educação Infantil, o qual tem a oportunidade de aplicar em sala de aula conhecimentos teóricos adquiridos ao longo da graduação, experienciando situações que lhes possibilitarão reflexões valiosas de como está sendo sua atuação como docente.

Pude também observar na prática a gestão escolar, seus desafios e desdobramentos. Percebemos ao longo do estágio o quanto é importante o diálogo e a construção coletiva das decisões na escola, que ainda é muito pouco valorizada, tendo em vista que ainda está muito arraigada a centralização de poder na figura da Diretora, que quase sempre decidi os rumos que a escola deve seguir. Tal centralidade é fruto de uma gestão ainda muito burocrática, pouco dinâmica e participativa. Da mesma forma, também vejo como um desafio o reconhecimento do trabalho pedagógico com turmas com crianças de pouca idade, pois estas podem fazer mais do que brincar. Elas, ao contrário do que a maioria dos colegas professores pensam, aprendem e avançam muito nos conteúdos, basta que seja usada uma metodologia coerente com sua idade cronológica.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Censo Populacional 2010**. Acessado em: 11 dez. 2010.

BRASIL. **Referenciais Curriculares Nacional para a Educação Infantil**. / Ministério da Educação – Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC / SEF, 2001. Volumes 1, 2, 3.

KRAMER, Sônia. **A infância e sua singularidade**. IN.: BRASIL. Ministério da Educação. BEAUCHAMP, Jeanete, PAGEL, Sandra Denise e NASCIMENTO, Aricélia Ribeiro do (orgs.). Brasília: FNDE, Estação gráfica, 2006.

2.3 A escola e o aluno da educação fundamental

Na perspectiva que o estágio supervisionado ocorresse de forma satisfatória as pesquisas e seleções de atividades foram condizentes com a realidade da sala de aula escolhida, ou seja, estando de acordo com o currículo escolar local, com o nível e o ritmo de aprendizagem dos alunos.

Este estágio foi realizado na E. M. E. F. Professora Gercina Eloy Freire na cidade de Remígio – PB na turma do 2º ano “B” durante o turno vespertino no período de 12 a 30 de maio de 2014 compondo uma carga horária de 100H, discriminadas da seguinte forma: 30H para estudo bibliográfico, 20H para intervenção em sala e 10 H para redação do presente documento. A turma do 2º ano “B” é composta por trinta alunos na faixa etária dos sete anos de idade, a professora titular é efetiva e graduada em Pedagogia e atua na escola há quinze anos.

Os reflexos da educação fundamental do 1º ao 5º ano são preocupantes e recorrentes. De forma geral são problemas estruturais ligados ao currículo que, em sua maioria, é descontextualizado com a realidade local e os valores culturais das comunidades escolas, como também, problemas relacionados à escassez de recursos materiais para serem utilizados em sala de aula ou problemas ligados a estrutura física dos prédios que não comportam de forma adequada o número de alunos que as escolas possuem matriculados. Um dos resultados destes fatos são professores cansados e desanimados, por não conseguirem trabalhar com qualidade e crianças com baixo rendimento por não estarem em espaços produtivos e que favoreçam a aprendizagem.

Embora as perspectivas educacionais sejam negativas e longe dos padrões de qualidade exigidos pelo Ministério da Educação e Cultura o desanimo não pode tomar conta do professor estagiário, este precisará trabalhar seus medos e sua insegurança para que adquira uma formação profissional adequada para que consiga driblar as dificuldades e os limites da realidade educacional para que não se frustre e desista da profissão.

O Estágio contou com três momentos. O primeiro foi destinado a estudos teóricos e construção do projeto de trabalho que foi desenvolvido na E. M. E. F. Professora Gercina Eloy Freire. O segundo momento foi destinado à observação da rotina na instituição e da sala de aula escolhida para a prática de aulas. E o terceiro momento coube à prática letiva a partir da aplicação do projeto de trabalho.

O projeto de trabalho que foi desenvolvido deteve-se a temática “Copa do Mundo de 2014” que foi escolhida por fazer parte da cultura brasileira e por permitir a discussão de temáticas transversais como saúde nos esportes, racismo e intolerância no futebol e respeito à cultura do outro. Entretanto as atividades que foram desenvolvidas levaram em consideração o currículo seguido pela escola e os conteúdos que estavam sendo desenvolvidos pela professora titular da sala, a exemplo do estudo do gênero textual fábula, separação silábica, adição e subtração.

Neste sentido, também foi levado em consideração à afetividade, a ludicidade e a faixa etária da turma, com o intuito maior de favorecer o desenvolvimento integral da criança e a ampliação de sua autoconfiança e seus conhecimentos de mundo. Dentre os objetivos esperados a preocupação maior foi conhecer e explorar as particularidades da docência no ensino fundamental de 1º ao 5º ano, por meio do desenvolvimento e valorização dos saberes adquiridos durante a intervenção em sala de aula.

Como também criar condições adequadas para que as crianças participem e interajam durante as atividades propostas; estabelecer vínculos afetivos e de troca com adultos e crianças; possibilitar aos alunos condições para que utilizem diferentes linguagens (verbal, gráfica, plástica, corporal, matemática) ajustadas às diferentes intenções e situações de comunicação de forma a favorecer sua capacidade expressiva e apresentar a Copa do Mundo como manifestação cultural e de valorização da diversidade.

Já entendendo que não basta à formação profissional na educação apenas o saber teórico, mas também o conhecimento prático. E que é da relação teoria-prática aliada à ação/reflexão/ação é que se forja o saber profissional, ressalta-se o valor do estágio supervisionado, o qual é constituído por competência, criticidade, compromisso com seus atos e com a qualidade do seu trabalho. A orientação metodológica é de suma relevância para a formação do profissional de educação, pois esta determinará a relação teoria-prática subsidiando meios para a formação da competência profissional, tornando este graduando capaz de lidar com a prática educacional estando apto a oferecer soluções a problemas de cunho escolar como também de cunho social.

Desta maneira, entende-se que a formação docente dá-se além dos muros das universidades, pois a prática de ensino durante o estudo teórico faz com que o aprendiz ponha em prática os conhecimentos adquiridos e promova uma melhor aplicabilidade deste saber

formal. O estágio durante o curso de graduação é uma exigência legal, de acordo com a Lei 9.394/96 e o CNE/CP 28/2002, e representa o espaço para a prática de ensino constituindo-se num período transitório de formação e aprendizagem, sendo assim, condição ao saber profissional de qualidade.

Para este trabalho a observação ocorreu do dia 12 a 16 de maio, neste período a professora titular explorou os seguintes conteúdos: gênero textual fábula a partir da história “A pombinha e a formiga”; adição e subtração; zona urbana e zona rural; classificação das palavras quanto ao número de sílabas e data comemorativa dia das mães.

Segundo FREIRE (1996) o exercício da observação deve ser apurado, no sentido de não nos deixar cegar por preconceitos e nem por aquilo que se quer ver. Pois só se enxerga o outro, como de fato ele é, estando aberto para aprender tudo que ele tem para mostrar, ou seja, para que se percebam as marcas históricas do outro, com suas particularidades e minúcias socioculturais. FREIRE (1996) ainda alerta que o fato de observar está intrinsecamente ligado aos atos de planejar, refletir e avaliar. Neste sentido a leitura de uma determinada realidade só poderá ser realizada a partir de um estudo diagnóstico previamente planejado, elencando-se os aspectos a serem analisados pelo observador, em seguida para que este não se disperse e perca o foco do estudo são necessários exercícios de reflexão e avaliação dos dados possibilitando, assim, uma compreensão clara e condizente com o real.

Partindo desse norte, observou-se que o espaço da sala de aula apesar de ser amplo e arejado tornava-se complicado devido à turma ser numerosa e alguns alunos serem inquietos, como também a baixa qualidade do quadro de giz, o qual em determinadas partes não permite a visualização do que foi escrito.

Quanto à organização do processo de ensino a professora permite espaço para que as crianças participem o que resulta numa boa interação com a mesma. Por meio de questionamentos sobre conteúdos do dia as crianças mostram o que estão aprendendo, apesar de todos falarem ao mesmo tempo, mas nada que a professora não contorne e estabeleça uma ordem para que ouça a opinião de todos. As atividades propostas são interessantes e possibilitam a interpretação e o raciocínio das crianças. Durante a resolução destas a professora costuma ler as questões e os alunos respondem. Esse momento também é aproveitado para tirar dúvidas quando há erros nas respostas ou apenas para reforçar o que se está aprendendo.

Atividades de pesquisa em dicionários foram realizadas para que as crianças descobrissem o significado das palavras desconhecidas pela turma. Outro exemplo significativo de atividade foi o exercício de separação e classificação de palavras quanto o número de sílabas. Então para que todos percebessem a quantidade de sílabas a professora usou a estratégia de bater palmas a cada som de sílaba, os alunos demonstravam interesse e debatiam quando alguém não batia palmas de forma correspondente às sílabas da palavra cantada.

A distribuição da rotina diária da sala de aula dá-se da seguinte forma: no primeiro horário há a acolhida com uma oração e músicas divertidas, uma breve roda de conversa para iniciar ou retomar o assunto escolhido e uma atividade escrita; no segundo horário após o intervalo usa-se o calendário, ocorre à chamada e realiza-se uma segunda atividade pratica ou escrita.

As intervenções realizadas pela professora junto aos alunos são positivas, por vezes são no sentido de estimular as crianças para que se motivem durante a aula. A professora também as incentiva para que sejam mais autônomos e independentes. Sua postura na sala de aula é de uma pessoa calma, atenciosa, procura atender a todos e matem a ordem da sala sendo enérgica quando necessário, mas com muita afetividade. Sempre convida os alunos para executarem tarefas como “ajudantes da professora” estes se mostram solícitos e sentem-se importantes.

Dialogando com a prática

O projeto de trabalho que foi desenvolvido partiu da temática “Copa do Mundo de 2014” com o intuito maior de ilustrar a paixão nacional que o futebol e relacioná-la ao estudo da língua, a matemática, a saúde nos esportes, ao racismo e intolerância no futebol e ao respeito à cultura dos outros países. Assim, as estratégias utilizadas durante a intervenção favoreceram a oralidade, a criatividade, a coordenação motora, a concentração, o raciocínio lógico e a interação entre os alunos.

Tais capacidades acima elencadas foram exploradas por meio de aulas expositivas e dialogadas em momentos de descontração e também por meio de dinâmicas, cantigas coreografadas e rodas de conversa com o intuito de favorecer espaços para que a criança

expusesse seus pensamentos e refletisse sobre alguns temas polêmicos relativos ao futebol, cultura, racismo, respeito entre outros.

No tocante ao desenvolvimento das aulas na de matemática houve a resolução de problemas matemáticos contextualizados com o universo da copa para que exercitem seus conhecimentos de adição e subtração num contexto de revisão. Na aula de língua portuguesa tiveram acesso a imagens diversas sobre futebol e sobre os símbolos da copa para que construíssem uma fábula tendo como personagem a mascote desta copa.

Na aula de geografia os alunos tiveram acesso a um globo e aos mapas do Brasil e do mundo para pesquisarem a localização regional do tatu-bola, dos países participantes do mundial e das cidades sede dos jogos no Brasil. Na aula de ciências refletiram sobre a necessidade da boa saúde física para pratica esportiva, listaram algumas atividades para alongamento e alguns exercícios para executarmos um treino físico. Por fim na aula de história refletiram sobre o racismo e a intolerância no futebol e construíram cartazes com suas opiniões sobre este tema.

De forma detalhada será relatada a primeira e a última aula. A primeira aula foi relativa à área de conhecimento Linguagem oral e escrita tendo como conteúdo a Copa do mundo de 2014. Com a pretensão de desenvolver interesse das crianças pela Copa e de explorar o conhecimento prévio dos alunos em relação à produção de uma fábula. Iniciou-se a aula a partir de imagens que retratavam o universo do futebol, os alunos foram convidados a observar as imagens e a falar sobre o que elas tratavam. Agitados todos falavam ao mesmo tempo e rapidamente começaram a falar sobre a Copa Mundial, sobre sua mascote e sobre seus jogadores preferidos. Nesse momento foi apresentada a proposta de explorar alguns conteúdos de forma articulada com o tema Copa do Mundo.

Em seguida foi apresentada a turma a mascote Fuleco, a origem de seu nome e o animal correspondente à fauna brasileira. Num segundo momento foi sugerida a atividade de produção textual coletiva de uma fábula utilizando a mascote Fuleco como personagem principal. Para auxiliar na produção textual foram listadas no quadro informações relativas ao universo do futebol e da mascote. Foi um exercício agradável e surpreendente, a fábula “Fuleco e o peba” partiram do campo de futebol, teve como personagens principais a mascote e o peba, nome popular de uma espécie de tatu-bola que habita nossa região e, usou no seu enredo a necessidade de preservar a fauna e mata nativa.

A última aula foi relativa à área de conhecimento História tendo como conteúdo o respeito e tolerância a cultura do outro. Seus objetivos foram explorar a expressão oral e sensibilizar para o respeito e a tolerância no futebol e em sociedade. A aula foi iniciada a partir da distribuição de bananas e do questionamento: “Somos todos macacos?” foi um tumulto, alguns disseram que não outros que sim. Logo depois foram mostradas imagens do fato ocorrido na Espanha com o jogador brasileiro Daniel Alves, que durante uma partida de futebol foi alvo de uma banana, o mesmo comeu a banana e não aceitou a provocação preconceituosa.

Em reação a tal fato artistas e amigos do jogador postaram fotos comendo uma banana com o slogan: “Somos todos macacos”. Para instigar os alunos a pensar foram mostradas imagens da evolução humana com o intuito de evidenciar que a espécie humana está longe do macaco na escala evolutiva, logo o ser humano não pode ser ligada diretamente ao macaco. Foi bem interessante a discussão sobre as formas de preconceito e de racismo presentes no futebol. No segundo momento da aula a turma foi dividida em cinco equipes para montarem cartazes com frases contra o racismo no futebol. As crianças a princípio negaram-se por sentirem dificuldades para elaborar as frases e projetarem os cartazes, mas sob orientação e mediação venceram o desafio e obtiveram cartazes alegres com mensagens criativas.

Como avaliação as crianças foram observadas em seu desempenho nas atividades propostas e em seu nível de entendimento em relação ao tema de cada aula, como também sua interação com as demais na sala de aula. Nestas pode-se comprovar resultados positivos e satisfatórios quanto aos objetivos esperados.

Durante as aulas as crianças demonstraram confiança no professor estagiário, permitiram a troca de conhecimento e de informações, tiraram dúvidas e construíram juntos de acordo com as dinâmicas propostas. Entretanto atuar na educação fundamental é desafiador e desgastante, as crianças estão numa fase intermediária, ou seja, recém-saídas da educação infantil ainda gostam muito de brincadeiras no contexto das aulas e quando são convidadas a uma atividade que envolve reflexão e discussão a partir de suas opiniões eles ficam um pouco desestimulados e falam que não querem fazer a atividade porque não sabem. A afetividade e a troca de carinho mais que um ponto positivo foi um trunfo nesse período de intervenção, pois a insegurança e o medo de não demonstrar domínio emocional para estabelecer a ordem na sala foram constantes e atrapalharam um pouco. A professora titular contribuiu muito no

sentido de demonstrar confiança no trabalho que estava sendo desenvolvido pela professora estagiária.

Conhecimento é o que nos move, é o que determina as relações de poder das sociedades contemporâneas. E é também o que determina e potencializa o sucesso de ações políticas e cidadãs. À medida que o indivíduo toma consciência do conhecimento que possui ele se descobre, percebe que tem possibilidade de argumento e que pode agir politicamente, revelando-se como agente de mudança. O poder que o conhecimento representa nas relações sociais é grandioso e torna-se perigoso para os detentores de poder ideológico, ou seja, este cidadão não é manipulado facilmente pelos interesses das classes sociais dominantes. Pois quando se compreende o que é proclamado pela ideologia dominante, tais informações são passíveis de críticas e reflexões, podendo, assim, levar a negação do que está sendo imposto.

Esta compreensão e o reconhecimento das estratégias de controle ideológico que levam o indivíduo a ter consciência e rejeitar tal controle, também o fazem desejar uma nova sociedade com mais oportunidades cidadãs. Se formos regidos por relações sociais normatizadas, o agir político deve ser precedido do conhecimento. A comunidade escolar deve ter claro na sua mente suas funções política e social. Pois, se não houver entendimento de tais funções, continuaram existindo falhas e lacunas nos serviços oferecidos pela escola, ratificando, assim, o marcante fracasso escolar.

A busca pela qualidade escolar e pelo fim do fracasso e de tantos outros problemas que manchão a escola traz a tona as discussões e instrumentos que auxiliam no fazer escolar. Por isso antecipar a experiência docente com o ensino fundamental por meio do estágio supervisionado é significativo e necessário para a formação acadêmica do pedagogo.

REFERÊNCIAS

Carta Fundamental: **A Revista do professor**. Especial – Futebol para todos. Editora Confiança. Número 57. Abril de 2014.

CURY, Carlos R. J. **Estágio supervisionado na formação docente**. In: LISITA, Verbena Moreira; SOUSA, Luciana Freire E. P.(orgs.) Políticas educacionais, práticas escolares e alternativas de inclusão escolar. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. (p. 113-137).

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais/** Ministério da Educação – Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997.

FREIRE, Madalena. **Educando o olhar da observação** – Aprendizagem do olhar. IN: . Observação, registro e reflexão. Instrumentos Metodológicos I. 2ª ED. São Paulo: Espaço Pedagógico, 1996. (p. 1-20).

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

3.1 Educações étnicorracial: considerações preliminares de sua presença na educação infantil

A história dos africanos e seus descendentes foi elaborada no Brasil inicialmente a partir das relações econômicas e do tráfico negreiro. Com o sucesso econômico da mão de obra negra e posteriormente com a abolição da escravatura a história dos afrodescendentes passa a ser construída pelas relações sociais, culturais, políticas e econômicas, nas quais as relações de afetividade, a força e as revoltas, são sinais de resistência e luta contra a discriminação e o racismo.

Munanga (2005) nos lembra de que tanto os teólogos ocidentais dos séculos XVI e XVII quanto os filósofos iluministas do século XVIII questionavam-se para descobrir se os índios e negros colonizados eram “bestas” ou seres humanos como os europeus. E que a resposta para tal questão culminou numa classificação da diversidade humana em raças superiores e inferiores, originando, assim, o racismo científico.

Durante gerações o discurso eugenista é utilizado para atribuir aos negros uma imagem depreciativa, a qual alguns deles não tiveram força e astúcia para resistir, pois a introjetaram e criaram um sentimento de autonegação. A cor da pele e o termo “negro” foi objeto de representações negativas servindo para a construção de uma identidade inferiorizada, que, mesmo em face da luta e da resistência de alguns grupos, acabou sendo interiorizada e naturalizada como verdadeira pelos descendentes dos opressores e pelas próprias vítimas.

Nesta perspectiva a falta de reconhecimento na identidade africana pelos indivíduos de cor não revela apenas o esquecimento do respeito a suas origens, revela também a ausência de reconhecimento como sujeito histórico, e essa demanda é essencial para que haja a libertação dessas leituras depreciativas. A construção desse caráter negativo elaborado pelos colonizadores e traficantes europeus para desqualificar o indivíduo, ou melhor, o produto africano que estava sendo negociado e explorado no Novo Mundo, ratificava os artifícios eugenistas utilizados primeiro pelos colonizadores depois pelo próprio Estado brasileiro em seu projeto de progresso e branqueamento da sociedade pós-abolição. Tal ideologia do

branqueamento propagava a ideia e o sentimento de que as pessoas brancas estariam mais propensas ao desenvolvimento, por serem mais humanas, inteligentes e abeis ao comando.

A discriminação do negro neste país é um problema cultural que ultrapassa as fronteiras do aspecto social e econômico. E isto é dito por que o racismo está cristalizado no imaginário social, nos valores e em pequenas atitudes que as pessoas não se percebem diminuindo os negros e negando a influencia africana em suas vidas.

(...) por essa razão, entre outras é que a consideração da discriminação como um problema social apenas, e não como um problema da cultura, acaba por dificultar – não que isto sirva para o seu impedimento – o dimensionamento da questão étnicorracial e das políticas pensadas para a superação do preconceito e da discriminação (COELHO & CABRAL, sd, pp. 21).

A compreensão possível, levando em consideração as pesquisas historiográficas, é que não há apenas uma causa ou justificativa para o sentimento racista. Ou seja, diversos aspectos econômicos, sociais, culturais e políticos contribuem para propagar o racismo contemporâneo. Uma vez que nenhum ser humano nasce racista, ele torna-se racista por meio das relações interpessoais e culturais que estabelece ao longo de sua vivência. Sendo assim, a baixa condição econômica ocupada pela maioria dos negros é marcada por uma educação precária, pela baixa renda familiar e pela ocupação de atividades ou empregos subalternos é usada, erroneamente, para exemplificar a falta de capacidade destes em crescer economicamente, tal crença só reforça o preconceito contra os negros. Este sentimento de não aceitação também é sentido pelos negros que ascenderam socialmente.

Enquanto processo constituinte da formação sócio-histórica brasileira o mito da democracia racial¹ serviu para mascarar as ideias e atitudes depreciativas em relação ao negro por que ao afirma a harmonia e a igualdade de contribuições dos europeus, negros e índios para a formação do povo brasileiro, estabelece uma hierarquia entre tais contribuições onde

¹ A democracia racial foi fundamentada durante o Segundo Reinado por Alexander Von Martius a partir da ideia de que o Brasil é um país singular, pois foi formado a partir da contribuição de três elementos: o europeu, o africano e o indígena. O contexto sócio-histórico do Segundo Reinado estava marcado por revoltas pró-república e pela tensão constante das províncias em relação à Corte Portuguesa no Rio de Janeiro, assim, a ideia de democracia racial atendia aos interesses elitistas por oferecer uma versão da gênese da nação brasileira ao incluir a contribuição de todos os seus elementos para a formação da sociedade brasileira. Entretanto, releituras historiográficas, mostram que esta integração racial é na verdade mitológica e nociva ao contexto racial brasileiro, devido ao caráter desigual destas contribuições.

indígenas e africanos estão em posição secundária e subalterna em relação aos europeus, os quais possuíam qualidades para ordenar e comandar a sociedade, a política e a economia. O discurso da miscigenação das qualidades superiores dos brancos com a força física e a capacidade de adaptação dos negros e índios constituiu dois problemas. O primeiro refere-se à supervalorização dos atributos ligados ao branco em decorrência da inferiorização das características associadas ao negro e ao índio. E o segundo problema fundamenta a existência do racismo velado, ou seja, devido ao ideário da “democracia racial” as formas de discriminação no Brasil não são interpretadas como praticas racistas.

Avesso às ideias e atitudes da ideologia eugenista o Movimento Negro ressignificou politicamente o termo negro à medida que lhe atribuiu sentimento de reconhecimento identitário, resistência à discriminação e à marginalização social e sua luta em favor da conscientização da diferença. O Movimento no intuito primeiro de afirmar uma identidade negra em âmbito nacional e de instituir uma solidariedade de tais elementos iniciou a revisão das narrativas historiográficas procurando localizar o negro como protagonista da luta abolicionista e de políticas de reconhecimento. A organização do Movimento Negro ganhou visibilidade e voz na luta contra o preconceito denunciando as violências provenientes do mito da democracia racial e exigindo discussões e formulações de políticas afirmativas para diminuir as disparidades entre negros e brancos no Brasil.

O racismo é um dos problemas que mais atrapalham o desenvolvimento social e da cidadania no Brasil. Segundo o artigo 5º da Constituição Federal de 1988 o racismo constitui crime inafiançável, sendo aplicada a todos os cidadãos e instituições, inclusive a escola. Esta como responsável pela formação educacional de todo e qualquer cidadão, precisa atuar de forma política para erradicar o racismo do cenário educacional e social. É nesta perspectiva que o Governo Federal por meio do Ministério da Educação e Cultura – MEC, entre outros Ministérios, está desenvolvendo políticas de ações afirmativas em favor da população negra.

Políticas afirmativas para combater o racismo têm o intuito de reparar os danos históricos que o Estado e a sociedade “branca” têm para com os negros, como também tem como meta unir os negros em favor da consciência negra, ou seja, promover entre os sujeitos negros discussões sobre as matrizes africanas e elementos constituintes da identidade negra brasileira, favorecendo a propagação de um sentimento de pertencimento que lhes orgulhem de possuir origem africana também. Aos demais cidadãos não negros são, da mesma forma, importante que conheçam e identifiquem de forma positiva, as influências africanas, como

também a história e a cultura negra, para que desmistifique as concepções negativas construídas em torno dos afro-brasileiros.

No caminho de tais políticas de ações afirmativas está a obrigatoriedade de inclusão da história e cultura afro-brasileira e africana nos currículos de educação básica através da promulgação da lei 10.639/2003, que altera a lei 9.394/1996 no artigo 26-A. Esta lei foi considerada pelo Estado como um marco histórico por simbolizar um ganho para as lutas antirracistas no país e uma alternativa para a renovação da qualidade social da educação brasileira numa perspectiva diversificada com o olhar voltado para a essência da história e cultura afro-brasileira desvinculando-se das ideias eugenistas, que ocasionaram interpretações negativas a respeito dos negros e, assim, contribuir para anular as formas de racismo e fazer com que as heranças africanas sejam aceitas e valorizadas como parte da cultura nacional.

A ausência de ensino sistematizado e reflexivo da temática étnicorracial no cotidiano das escolas representa uma lacuna na educação nacional. A escola, a partir de tal obrigatoriedade, necessita se organizar para que evite que as demandas a ela impostas pelo MEC, culminem na sensação de incompetência e ineficiência dos educadores, já que são estes os que mais sentem as pressões destas exigências. Para dar possibilidades de trabalho aos educadores a escola deve repensar seu papel na dinâmica social, partindo da compreensão que todo conhecimento, principalmente os mais complexos, precisam ser construídos de forma significativa e demonstrar relação com o cotidiano dos alunos, numa perspectiva atitudinal, ou seja, um ensino que promova ações que ultrapassem os muros da escola.

Para garantir a eficácia da lei 10.639/2003 o Conselho nacional de educação aprovou as Diretrizes curriculares nacionais para educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana – Parecer CNE/CP nº 03/2004 – no qual se estabelece orientações de conteúdos a serem incluídas e trabalhadas, como também, as necessárias modificações nos currículos escolares em todos os níveis e modalidades de ensino. Posteriormente a lei 10.639/2003 foi alterada pela lei 11.645/2008 que permite a mesma orientação da obrigatoriedade de ensino à temática indígena, determinando o ensino da história dos povos indígenas no Brasil, a cultura indígena e o papel do índio na formação da sociedade nacional, resgatando deste modo, as suas contribuições nas áreas social, econômica e políticas pertinentes à história do Brasil. Entretanto para este estudo apenas a obrigatoriedade da temática étnicorracial será levada em consideração.

Para tanto é válido compreender que diretrizes são dimensões normativas que moderam os caminhos pedagógicos, embora sejam passíveis a adaptações e modificações para melhor se adequar às diferentes realidades escolares. Neste sentido, propõem referências e critérios para que seja possível estabelecer ações educativas, avaliações e reformulações. Da mesma forma, Educação para as relações étnico-raciais trata-se de um ensino voltado para aprendizagens entre negros e brancos, a partir da troca e da produção de conhecimentos, como também de valores e atitudes que os eduquem para a pluralidade étnicorracial, tornando-os capazes de interagir socialmente a partir do respeito aos direitos legais de todos, valorizando as identidades individuais num convívio entre cidadãos. (BRASIL, CNE/CP Nº 03/2004).

Assim, Consciência política e histórica da diversidade; Fortalecimento de identidades e de direitos e ações educativas de combate ao racismo e a discriminação, são princípios fundamentais das Diretrizes curriculares nacionais para a educação étnicorracial, aos quais as escolas devem atender. Contudo, é interessante que tais instituições desprendam-se de suas formas tradicionais de ensino e atendimento aos alunos brancos e negros e, abra-se a uma mudança de mentalidade para com o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana. Garantindo espaços e materiais diversificados que favoreçam a compreensão e interpretação dessa temática, evitando distorções e correlacionando fatos histórico-culturais com contexto regional no qual a escola está inserida.

4 CAMINHOS DA METODOLOGIA

Com base em observações in lócus e em entrevistas a professores da rede pública municipal, foi possível sistematizar experiências que revelam como está acontecendo o ensino da história e da cultura afro-brasileira na educação infantil na cidade Remígio- PB.

A pesquisa foi realizada nos meses de maio e junho de 2014 e desenvolveu-se em uma abordagem qualitativa, baseada nas interações com os grupos de educadores, em leituras sobre a história de exclusão e resistência dos afrodescendentes e sobre os instrumentos legais que orientam as instituições educacionais quanto as suas atribuições no trato da educação para as relações étnico-raciais. Com o objetivo de investigar como está sendo desenvolvida a temática história e cultura afro-brasileira e africana na educação infantil, identificaram-se diversas lacunas no processo de ensino desta temática, a exemplo do despreparo dos professores e a negligencia por parte da Secretaria de Educação municipal.

O trabalho de campo foi realizado em duas creches públicas municipais a Creche Olívia Bronzeado e a Creche Professora Socorro Viana, ambas localizadas na zona urbana do município de Remígio. Entre as creches analisadas observam-se pequenas diferenças em termos de infraestrutura, materiais didáticos disponíveis e acesso à informação. Entretanto, diferem em termos de localização e número de alunos. A Creche Olívia Bronzeado está localizada no centro da cidade e possui quase duzentos alunos, os quais possuem pais com condições econômicas razoáveis e interessados no desenvolvimento da aprendizagem de seus filhos. A Creche Professora Socorro Viana está localizada em um bairro periférico e possui menos de sessenta alunos, seus pais possuem baixa condição econômica, estando alguns em situação de risco. Diferente da outra unidade escolar a maioria destes pais não se interessam muito pelos avanços de seus filhos no processo educativo, lhes interessam mais apenas os cuidados e a alimentação que as crianças recebem.

Todos os professores entrevistados haviam concluído a graduação em Pedagogia e quatro destes informaram possuir curso de pós-graduação na área de educação. Para proteger a integridade pessoal dos professores entrevistados usou-se a denominação de P1 a P8 para identificá-los. O tempo de profissão como professor e o tempo de atuação nas unidades de educação infantil variam de 21 a 2 anos o que revela que tais professoras possuem um período interessante de experiência docente nas unidades selecionadas. Este fato foi relevante em se tratando dos dados coletados para a pesquisa, conforme quadro abaixo:

Quadro - 1: *Dados sobre os professores pesquisados*

Sujeito da Pesquisa	Função	Tempo		Tempo de ingresso na profissão
		De profissão	Atuação em creche	
P1	PROF ^a	16	16	Concurso
P2	PROF ^a	8	8	Concurso
P3	PROF ^a	10	10	Concurso
P4	PROF ^a	2	2	Concurso
P5	PROF ^a	5	3	Concurso
P6	PROF ^a	16	2	Concurso
P7	PROF ^a	8	5	Concurso
P8	PROF ^a	21	21	Concurso

Segundo LÜDKE (1986, p. 46) a pesquisa qualitativa toma como referencia procedimentos analíticos com os quais os dados serão analisados numa perspectiva de verificar a relação das questões selecionadas com as características relativas à problemática

investigada. Neste sentido, a análise dos dados deve ser iniciada levando-se em consideração algumas categorias descritivas, tais como: delimitação do objeto de estudo; questões analíticas; aprofundamento da revisão literária; uso extensivo de comentários, observações e especulações obtidas ao longo da coleta.

Entretanto, os autores alertam que numa abordagem qualitativa é relevante que a discussão dos dados não se restrinja ao que está explícito, ao invés disso, deve-se desvelar mensagens implícitas, dimensões contraditórias ou temas marginais para ampliar a significância da pesquisa.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

5.1 Reflexões sobre o ensino étnicorracial em creches públicas

Diferente dos demais segmentos da educação básica, nos quais são possíveis discussões mais profundas sobre a chegada dos africanos para atuar como escravos, ou sobre como foram ocorrendo à miscigenação e as trocas culturais entre europeus, africanos e indígenas, por exemplo, na educação infantil este mesmo exercício requer mais habilidade do professor para que se adeque a mesma mensagem. Isto acontece porque a princípio atuar na educação infantil parece ser simples, entretanto é mais complexo do que se imagina. Esta atuação dá-se numa fase de amadurecimento humano, no qual é iniciado o processo de aprendizagem sistemático. Neste a criança é convidada, por meio do ensino, a experimentar diversas situações lúdicas, imaginárias e de socialização que lhes aproximem da interação com o mundo externo e lhes propiciem a ampliação de seus conhecimentos de mundo e o desenvolvimento de seus aspectos cognitivo, afetivo, linguístico e motor.

Por isso que a introdução da temática étnicorracial na educação infantil exige um conhecimento mais profundo do educador, primeiro porque ele terá que ter domínio de metodologias e didáticas adequadas á educação infantil para garantir que o aluno compreenda o que ele esta tentando discutir, sendo também necessário se utilizar de diferentes meios e materiais para ilustrar e tornar “real”, ou melhor, o mais concreto possível o que está se mostrando para a criança. Em segundo lugar por que necessita possuir um conhecimento aprofundado da história e cultura afro-brasileira para poder selecionar formas para desenvolver tais conteúdos, preocupando-se também para que sejam iniciadas de forma significativa e positiva. O atendimento dessa ressalva torna-se necessário devido à dificuldade

de professores de educação infantil para desenvolver de forma satisfatória. Esta dificuldade configura-se num problema, mesmo já passados dez anos da obrigatoriedade da inclusão na educação básica da temática étnicorracial.

Neste sentido uma questão torna-se recorrente entre os professores pesquisados: Como discutir a imagem do negro, a presença africana no Brasil e combater o racismo de forma a valorizar a história e a cultura afro-brasileira sem ser de forma abstrata na educação infantil? Visto que seria surreal, para não dizer impossível, acreditar que crianças de 2 a 5 anos (idade das crianças atendidas nas creches pesquisadas) possam argumentar sobre este tema como crianças maiores, não menosprezando o conhecimento de mundo e linguístico deste público infantil, já que é sabido que a partir de exercícios linguísticos as crianças conseguem ampliar seu vocabulário, suas formas de expressão e através dos seus conhecimentos consegue comunicar-se e exprimir sua compreensão sobre determinados assuntos.

Quando perguntado às professoras (**P1, P2, P3, P4, P5, P6, P7 e P8**) como elas trabalham a história e a cultura afro-brasileira em sala de aula. Logo, obteve-se, de modo geral, respostas como:

P8 *É (...) o racismo? Bem (...) utilizo os próprios alunos para mostrar semelhanças entre eles (...) e o respeito que tem que ter.*

P6 *Uso da criatividade, uso o livro 'Menina bonita do laço de fita', levo para sala de aula uma boneca negra, faço rodas de conversa (...) e vou contando histórias.*

P1 *Trabalho de forma diversificada, (...) acho difícil trabalhar isso com crianças de três anos. Procuro usar a humanização entre as crianças negras e brancas, para que elas demonstrem sentimento é (...) uso da efetividade.*

Em sua maioria as respostas evidenciam que as educadoras introduzem o tema o ilustrando de alguma forma, seja por um determinado instrumento (livro, DVD, boneca, etc.) ou a partir de alguma situação ou brincadeira, mas desde já se percebe pouca propriedade em relação a este tema. A fala da professora P8 é preocupante, pois além de não ter certeza do que abordaria em história e cultura afro-brasileira, tudo se resumiu ao racismo apenas.

De certo modo as formas e os materiais utilizados para iniciar a temática são satisfatórios, o problema é que não a desenvolvem como se deveria, ou seja, não realizam o aprofundamento dos estudos com as crianças. Quase unanimemente, para não dizer todas, utilizam apenas o livro “Menina Bonita do laço de fita”, o livro é interessante, bem ilustrado, valoriza a cor da pele negra, mas não evidencia mais alguns elementos da cultura africana, a exemplo de outros exemplares como “O cabelo de Lelê” e “O Obaôba”. Pelo tipo de atividades realizadas pelas professoras a exemplo de pinturas de atividades xerocadas, letras faltosas, montagem de bonecos negros e álbuns seriados, modelagem com barro, reconto de histórias e colagem, é perceptível o esforço destas em adaptar para o universo da educação infantil este tema tão complexo e delicado.

Sobre o período em que esta temática é trabalhada no calendário escolar constatou-se de forma unânime que esta é desenvolvida em apenas duas datas específicas, que são o dia 13 de maio data da abolição da escravatura e o dia 20 de novembro dia da Consciência Negra.

P2 *Só trabalho nas datas 13 de maio e 20 de novembro, mas eu acho que deveria ser trabalhado em mais períodos do ano.*

P3 *Sim, só nestas datas (...) é que o currículo da escola muito fechado em datas (...) e as rotinas pedagógicas enviadas pela Secretaria de Educação para serem seguidas são sem sentido!*

Nota-se que **P2** e **P3** reconhecem a importância de dedicarem-se por um período maior a esta temática para aprofundar as discussões com as crianças, como também para que obtenham resultados qualitativos, ou seja, uma compreensão mais adequada e significativa de alguns aspectos da história e da cultura afro-brasileira. Entretanto são impedidas por currículos mal elaborados que privilegiam apenas datas comemorativas subjugando as possibilidades de aprendizagem de diferentes temáticas pelas crianças matriculadas nas creches.

As estratégias metodológicas revelam um contexto escolar com poucos recursos didáticos e limitado espaço temporal para a educação étnicorracial, como também pouco, ou nenhum, aprofundamento teórico em relação a esta temática. A partir de algumas respostas ilustram-se poucas perspectivas para um trabalho de valorização da cultura afro-brasileira,

como também evidencia dúvidas das professoras quanto à compreensão histórica de como o Brasil se tornou um país que discrimina e marginaliza os negros sem perceber-se racista.

Entretanto, o que será de fato interessante para o desenvolvimento da temática afro-brasileira será proporcionar situações diversas de forma concreta para que vivenciem experiências, as quais lhes remetam suas próprias vivências em relação aos colegas na escola, com seus familiares ou na comunidade numa perspectiva para que as crianças (negras e não negras) percebam que o preconceito racial existe e desqualifica os sujeitos negros, impossibilitando que as influências históricas e culturais dos povos africanos sejam valorizados. Visto que o importante na educação infantil será adaptar as propostas pedagógicas referentes à educação étnicorracial, levando em consideração os contextos socioculturais das crianças para facilitar ao máximo a compreensão destas em relação a esta temática. Mas é importante lembrar-se da necessidade do professor em esta aberto ao novo para que consiga ultrapassar as “barreiras do ocidentalismo” e se desvincule dos seus preconceitos em relação aos valores e manifestações culturais, religiosas e sociais dos povos africanos. Caso este exercício não ocorra às aulas referentes à educação étnicorracial poderão estar suscetíveis a interpretações equivocadas sobre os valores africanos ou imbuídas de valores negativos, os quais possam denegrir a imagem do afrodescendente.

As entrevistadas sentam falta de um suporte pedagógico por parte da equipe técnica da Secretaria de Educação para desenvolver esta temática, como também reclamam da falta de uma postura político pedagógica das próprias creches, no sentido de favorecer espaços para planejamentos em relação à educação étnicorracial e para aquisição de materiais adequados para ilustrar este trabalho.

P2 Não recebo suporte pedagógico, nas reuniões apenas cobram! Cobram! Querendo que os conteúdos sejam desenvolvidos (...) os projetos (...) dependendo tudo do professor!

No desabafo da professora percebe-se o sentimento de impotência, como se esta estivesse desamparada. Segundo as Diretrizes curriculares nacionais para educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana o professor deve ser assistido pelo Sistema Municipal de Ensino e a Secretaria de Educação

deve garantir que existam coordenadores pedagógicos qualificados para auxiliar nas dificuldades dos professores, bem como, no aperfeiçoamento de seus conhecimentos sobre a educação étnicorracial.

Ficando especificado da Resolução do Conselho Nacional de Educação nº 01/2004, no artigo 3, §2º que: “As coordenações pedagógicas promoverão o aprofundamento de estudos, para que os professores concebam e desenvolvam unidades de estudo, projetos e programas abrangendo os diferentes componentes curriculares”.

O direito de acompanhamento pedagógico do professor, bem como, o direito de ter acesso à formação continuada precisa ser respeitado. É conveniente às Secretarias de Educação propor conteúdos e cobrar resultados satisfatórios sem ter o compromisso de subsidiar o trabalho do professor.

A situação de negligência vivenciada pelo professor agrava-se à medida que, em situações corriqueiras, o professor depara-se com seu despreparo pedagógico e emocional para desenvolver casos de discriminação e preconceito em sua sala de aula.

P2 *Já presenciei atitudes preconceituosas sim, senti dificuldade em resolver isso, por que (...) não tenho base para trabalhar o preconceito. Eu falei com a criança, mas ela não entendeu.*

Quando o **P2** tenta resolver o problema e não o consegue, também é atingido pelo problema, uma vez que naquela situação este profissional não conseguiu fazer com que a criança compreendesse que aquela atitude desrespeitava o outro colega.

Outros professores relataram que quando presenciam atitudes discriminatórias entre os alunos, tentam resolver por meio da afetividade, explicando a criança agressora que aquela ação não é adequada. Esta postura do professor está correta, embora seja pouco eficaz. Uma criança em idade entre 2 a 5 anos para agir de modo preconceituoso é sinal que ela está tendo acesso a discursos e valores que percebem o negro como inferior, o que a faz entender que ela é melhor que o coleguinha negro.

Neste sentido a situação de negligência sofrida pelas professoras torna-se mais grave e preocupante, pois como combater o racismo na escola e na sociedade se desde cedo as

crianças já aprendem a praticar o racismo? Diversos estudos atentam para o fato de que o racismo obtém espaço para ganhar força e se legitimar nos espaços sociais a partir das relações de poder reproduzidas em instituições de base, como a escola e a família.

Constitui-se meta das políticas de ações afirmativas a garantia aos negros, assim como aos demais cidadãos brasileiros, um ensino em escolas equipadas e com adequada infraestrutura, bem como orientadas por professores com formação para lidar com as tensões provenientes do racismo e que seja capaz de promover uma reeducação ente os diferentes grupos étnicos. A luta contra o racismo precisa ganhar força nas escolas, para que seja possível a discussão entre os professores de problemas como este e para favorecer a construção de projetos que promovam a valorização e o respeito à cultura afrodescendente.

6 CONCLUSÃO

A criança afrodescendente ingressa na creche carregando o estigma de ser negra. Entretanto nestas marcas o que se sobressai não é a satisfação de ter traços físicos e culturais da etnia africana, ao invés disso, o que se ressalta é a carga negativa atribuída ao negro. Mas será que possuir pigmentação escura na pele significa ser uma cicatriz que a história brasileira quer esconder? Talvez mais do que se imagine. Crianças em tenras idades são tratadas de modo diferenciado apenas por serem negras em diversas situações em creches e em escolas. As mesmas, quase em sua maioria revelam a preferência, senão um desejo, de possuir a cor da pele mais clara ou ter cabelos lisos ao invés dos “fuás”. Mesmo sem ter noção do que estão dizendo isto ocorre devido à vontade de serem aceitas. Torna-se complicado para a criança negra sentir-se como parte integrante daquele meio social por que ela procura referencias negras, mas não as encontra.

A inexistência nas creches e nas escolas de bonecas negras de cabelos crespos e de livros infantis que mostrem princesas, heróis ou simples personagens negros inviabilizam a abstração da identidade negra. Esta marginalização da imagem negra no mundo da ficção infantil, no cotidiano destas instituições sociais e na própria casa da criança contribui para a falta do sentimento de pertencimento a identidade negra. Mais do que nunca ações afirmativas devem continuar existindo no sentido de ampliar as oportunidades das pessoas negras para adquirirem melhores condições econômicas e sociais, como também para que não se sintam menosprezadas.

O projeto político pedagógico de uma escola é um documento que traz desde sua constituição o caráter político da escola e, é um instrumento que se bem utilizado pode transformar a sociedade e diminuir as ideias discriminatórias e o sentimento racista. Entretanto, constatou-se durante esta pesquisa que, em sua maioria, o currículo da educação infantil seguido pelas creches municipais é pautado em datas comemorativas e apesar de possuírem projetos político pedagógicos com propostas significativas estas não são seguidas e nem tão pouco contemplam temáticas relativas à educação para as relações étnicorraciais.

Neste sentido a escola não pode ser palco para improvisos, ou seja, não é lugar de aulas resumidas, com informações incompletas e descontextualizadas ou contendo erros e distorções. Pelo contrário, a escola deve ser um espaço que use seu poder formador para esclarecer os indivíduos possibilitando argumentos para desmistificar as ideias eugenistas que ainda atuam com força no imaginário popular.

Esta pesquisa evidencia também que os sistemas de ensino, a exemplo do município de Remígio, não cumprem com o que lhes foi atribuído como dever em relação à assistência às escolas no tocante aos materiais adequados para o bom funcionamento das funções pedagógicas, como também em relação à assistência aos professores providenciando formações continuadas ou mesmo, espaços para discussões de aprofundamento sobre a temática étnicorracial. Neste sentido, os planejamentos em conjunto são imprescindíveis, pois permitem trocas metodológicas, discussões com embasamento teórico e a determinação de metas e estratégias potencializando o ensino de todos os conteúdos, principalmente os considerados mais complicados, como é o caso da educação étnicorracial.

Mais do que um benefício à população negra, reconhecer a alteridade do outro significa concordar com a identidade específica que torna cada ser humano um sujeito. Do mesmo modo, também significa colocar-se no lugar do outro numa relação interpessoal considerando e valorizando o diálogo com o outro.

À escola fica a mensagem de também valer-se das relações de alteridade para que seja possível exercer a cidadania e estabelecer relações pacíficas com os diferentes, sejam estes negros ou não. Já que a obrigatoriedade apenas da lei 10.639/2003 não é suficiente para assegurar que o currículo escolar irá incluir a história e cultura afrobrasileira e africana nem tão pouco, para preencher as lacunas dos sistemas de ensino.

REFERÊNCIAS

ACEVEDO, Elizabeth Marin. Ensinar, praticar a diferença e ética: Experiências de professores e alunos em escolas públicas de Belém. IN: BAIA, Wilma de Nazaré (Org.). **Raça, cor e diferença: a escola e a diversidade**. Belo Horizonte: Mazza, 2008. P. 63-91.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações etnicorraciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana**.

Brasília: MEC. Parecer CNE/CP nº 03. 2004. Disponível em:

<<http://www.portal.mec.gov.br.cne.htm>>. Acesso em: 01 jun. 2014.

_____. **Resolução nº 01, de 17 e junho de 2004**. Brasília: MEC, 2004. Disponível em: <<http://www.portal.mec.gov.br.cne.htm>>. Acesso em: 01 jun. 2014.

_____. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura afro-brasileira”, e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 9 jan. 2003. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/legislação/constituicao.htm>>. Acesso em: 15 maio. 2014.

_____. **Referenciais Curriculares Nacional para a Educação Infantil**. / Ministério da Educação – Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC / SEF, 2001. Volumes 1, 2, 3.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/legislação/constituicao.htm>>. Acesso em: 15 maio. 2014.

CASTRO, Alda M. D. Gerencialismo e Educação: estratégias de controle e regulação da gestão escolar. IN: CABRAL NETO, Antonio (org.). **Pontos e contrapontos da política educacional: uma leitura contextualizada de iniciativas governamentais**. Brasília: Líber Livro Editora, 2007. (p. (115 – 141).

CHAGAS, Waldeci Ferreira. **Formação docente e cultura afro-brasileira**. Revista África e africanidades. Ano I – nº 3 – Nov. 2008. Disponível em: <www.africaeaficanidades.com>. Acesso em: 06 maio 2014.

COELHO, Wilma Baía; CABRAL, Rebeca Pereira. Relações sociais no “paraíso racial”: considerações iniciais sobre um mito. IN: . (orgs.) **Raça cor e diferença: a escola e a diversidade**. Belo Horizonte: Mazza, 2008.

LÜDKE, Menga. A análise de dados e algumas questões relacionadas à objetividade e a realidade nas abordagens qualitativas. IN: . **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986. (p. 45-54).

MUNANGA, Kabengele. **Diversidade, etnicidade e cidadania**. Palestra proferida no 1º Seminário de Formação teórico Metodológico. ANPED. 20 de set. 2005.

APÊNDICE

APÊNDICE 1: Modelo do questionário para a entrevista.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA - UEPB
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA – PARFOR
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

ROTEIRO DE ENTREVISTA INDIVIDUAL

Prezada Senhora educadora:

Esta entrevista faz parte de um estudo em que pretende investigar como está sendo desenvolvida a temática cultura afro-brasileira na educação infantil. Para tanto, solicitamos sua colaboração, pois sua opinião é muito importante. Responda a todas as perguntas com sinceridade, pois ninguém vai conhecer suas respostas. Gratos por sua colaboração.

Data:

Professor:

Função:

Tempo de profissão:

Tempo na creche:

Como ingressou na profissão?

Como você trabalha a cultura afro-brasileira em sua sala de aula?

Que materiais utiliza?

Que atividades você aplica?

Você trabalha esta temática apenas em datas específicas, como por exemplo: o dia 13/05 ou o dia 20/11?

Você tem suporte pedagógico da equipe técnica da Secretaria de Educação para desenvolver esta temática?

A Creche possui uma postura que contemple a cultura afro-brasileira e possui materiais pedagógicos adequados para ilustrar este trabalho?

Você já presenciou atitudes preconceituosas em sua sala de aula? Como reagiu?